

PROJETOS INCLUSIVOS NA CULTURA PORTUGUESA

INCLUSIVE PROJECTS IN PORTUGUESE CULTURE

PROYECTOS INCLUSIVOS EN LA CULTURA PORTUGUESA

Daniela Fatela Galdes¹[\[https://orcid.org/0000-0002-6349-957X\]](https://orcid.org/0000-0002-6349-957X)

¹ IZADS [FBAUP], Portugal, daniela.galdes@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa práticas culturais inclusivas em Portugal que promovem o acesso à arte e ao património por pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes. Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), reforça-se o direito à participação cultural em igualdade de condições. A investigação combina a análise de projetos desenvolvidos por museus e centros culturais com entrevistas a membros da ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal. São avaliados recursos como imagens em relevo, audiodescrição, braille, linguagem simples e tecnologias de apoio. Os resultados revelam que a acessibilidade cultural vai além de adaptações técnicas: exige a participação ativa das próprias pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes, no desenho das soluções e uma mudança institucional profunda. Isto implica eliminar barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais, transformando os espaços culturais em ambientes mais justos e representativos. Conclui-se que a acessibilidade é uma prática ética e política coletiva, essencial para uma cultura verdadeiramente democrática e inclusiva. A construção de espaços culturais acessíveis exige compromisso, escuta ativa e responsabilidade partilhada entre instituições, profissionais e comunidades.

Palavras-chave: Acessibilidade Cultural, Inclusão, Museus, Participação Cultural, Públicos Diversos.

Abstract

This article analyzes inclusive cultural practices in Portugal that promote access to art and heritage for people with disabilities, Deaf individuals, and neurodivergent people. Based on the Universal Declaration of Human Rights (1948) and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (2006), it reaffirms the right to cultural participation on equal terms. The research combines an analysis of projects developed by museums and cultural centers with interviews conducted with members of ACAPO – the Portuguese Association of the Blind and Partially Sighted. Resources such as tactile images, audio description, braille, plain language, and assistive technologies are evaluated. The findings show that cultural accessibility goes beyond technical adaptations: it requires the active participation of people with disabilities in designing solutions and a deep institutional transformation. This involves eliminating physical, communicational, and attitudinal barriers, turning cultural spaces into fairer and more representative environments. The conclusion is that accessibility is a collective ethical and political practice, essential for a truly democratic and inclusive culture. Building accessible cultural spaces demands commitment, active listening, and shared responsibility among institutions, professionals, and communities.

Keywords: Cultural Accessibility, Inclusion, Museums, Cultural Participation, Diverse Audiences.

Resumen

Este artículo analiza las prácticas culturales inclusivas en Portugal que promueven el acceso al arte y al patrimonio para personas con discapacidad, personas sordas y personas neurodivergentes. Basándose en la Declaración Universal de los Derechos Humanos (1948) y en la Convención sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad (2006), reafirma el derecho a la participación cultural en condiciones de igualdad. La investigación combina un análisis de proyectos desarrollados por museos y centros culturales con entrevistas realizadas a miembros de ACAPO – la Asociación Portuguesa de Ciegos y Deficientes Visuales. Se evalúan recursos como imágenes táctiles, audiodescripción, braille, lenguaje sencillo y tecnologías de apoyo. Los hallazgos muestran que la accesibilidad

cultural va más allá de las adaptaciones técnicas: requiere la participación activa de las personas con discapacidad en el diseño de soluciones y una profunda transformación institucional. Esto implica eliminar barreras físicas, comunicativas y actitudinales, convirtiendo los espacios culturales en entornos más justos y representativos. La conclusión es que la accesibilidad es una práctica ética y política colectiva, esencial para una cultura verdaderamente democrática e inclusiva. Construir espacios culturales accesibles demanda compromiso, escucha activa y responsabilidad compartida entre instituciones, profesionales y comunidades.

Palabras-clave: Accesibilidad cultural, Inclusión, Museos, Participación cultural, Públicos diversos.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma investigação de doutoramento em Educação Artística [FBAUP], acerca da Acessibilidade Cultural e no Ensino Superior, no contexto português. Onde está a ser desenvolvido um projeto, em parceria com o Museu Nacional de Soares dos Reis, onde foram produzidas nove imagens em relevo a partir de pinturas emblemáticas do museu. A escolha das obras a serem reproduzidas em relevo resultou de vários encontros com duas museólogas do MNSR – Dra. Ana Paula Machado e Dra. Liliana Aguiar.

O objetivo deste projeto é desenvolver exposições acessíveis para pessoas cegas e com baixa visão, onde a imagem em relevo é colocada ao lado da pintura original, para que todas as pessoas, independentemente de terem ou não necessidades específicas, possam usufruir de uma experiência multissensorial na visita ao museu.

Não só existe a possibilidade de sentir as pinturas através do tato, como também haverá audiodescrição, que inclui orientações sobre como ler a imagem (por exemplo, começar pelo canto superior esquerdo). Isto é importante porque muitas pessoas cegas e com baixa visão não foram ensinadas a ler imagens, o que pode dificultar a sua interpretação. Este “guião” oferece também informações sobre a obra, o seu artista, as suas dimensões, aspetos técnicos e históricos. Todo o desenvolvimento deste projeto conta com a participação ativa de pessoas cegas e com baixa visão, assim como de pessoas normovisuais, com o objetivo de criar um projeto que não seja apenas feito para estas pessoas, mas também com a sua colaboração.

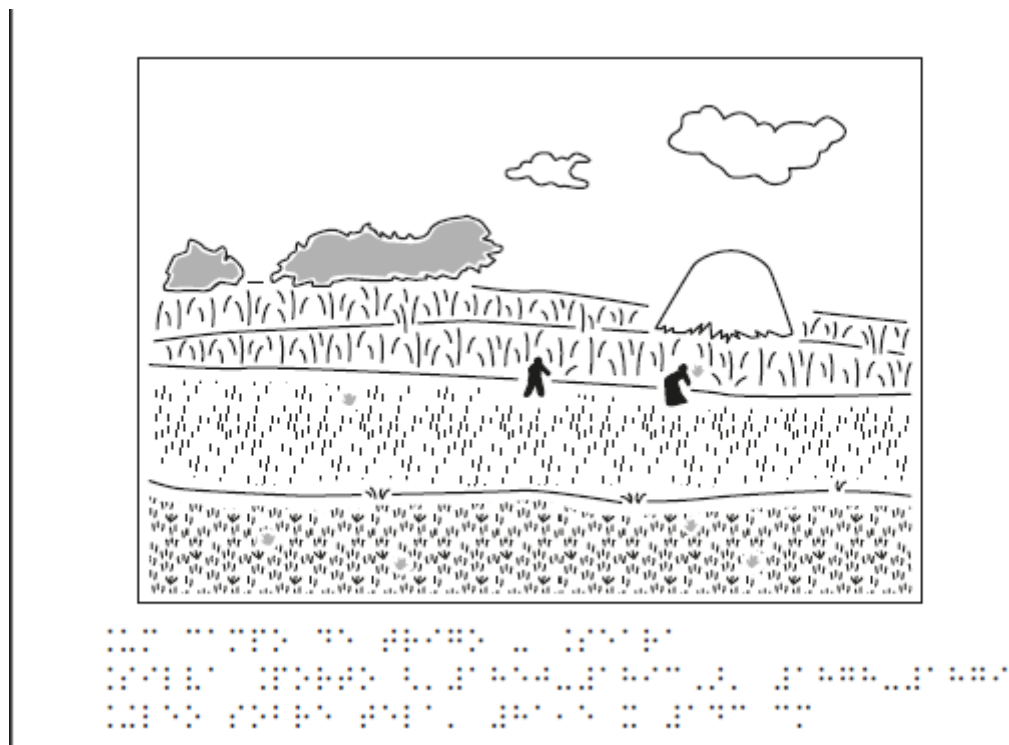
Toda a informação produzida é desenvolvida em linguagem simples, para ser mais facilmente compreendida por públicos diversos, traduzida para inglês e prevê-se que venha a ser interpretada em Língua Gestual Portuguesa. Com esta abordagem, procura-se, por um lado, fugir à predominância do sentido da visão na fruição das obras de arte e, por outro, reaproximar as pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes dos museus e espaços culturais. Queremos, assim, quebrar barreiras e dar o exemplo para que outros museus, galerias, centros culturais e instituições semelhantes saibam como agir para se tornarem mais acessíveis.

Esta intenção está alinhada com o artigo 27.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que «todos os seres humanos têm o direito a participar livremente na vida cultural da comunidade, de beneficiar das artes e de participar no processo científico e nos seus benefícios». O facto de todas as pessoas terem este direito cria, inevitavelmente, uma responsabilidade coletiva para construirmos condições de acesso universais (Alexandre & Vlachou, n.d.).

Neste artigo, tal como no guia “Como (e quando) falar da deficiência?”, escrito pela Acesso Cultura, optei por utilizar a expressão “pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes”. A opção de escrever a palavra “Surdo/a” com “S” maiúscula é uma convenção adotada por indivíduos Surdos em diversos países. Essa escolha visa identificar aqueles cuja língua materna é a Língua Gestual do seu país e que se reconhecem como parte de uma minoria linguística, possuindo uma cultura própria. É importante destacar que as pessoas Surdas não se consideram pessoas com deficiência. Por outro lado, aqueles que se identificam como tendo uma deficiência auditiva podem ser pessoas Surdas que não utilizam a língua gestual, mas que fazem uso de aparelhos auditivos ou implantes cocleares. Além disso, essa categoria abrange pessoas que perderam ou estão a perder a audição devido à idade, questões genéticas ou acidentes. As pessoas neurodivergentes são incluídas nesta expressão para enfatizar que a diversidade neurológica também faz parte das diferenças que devem ser respeitadas e valorizadas na sociedade. Embora muitas vezes não apresentem limitações físicas ou sensoriais evidentes, as pessoas neurodivergentes enfrentam desafios que podem afetar a forma como interagem com o mundo (Acesso Cultura, 2021).

Figura 1

Exemplo de imagem em relevo produzida para o Museu Nacional de Soares dos Reis, a pintura “Um campo de trigo – Seara” de Silva Porto (1850-1893)



Nota: Pintura datada entre 1878-1879, Óleo sobre tela. Dimensões da tela: 81,5 x 143 cm, com moldura: 108,5 x 170 cm. Proveniência: Academia Portuense de Belas Artes – esta informação consta em braille na margem inferior da imagem. Imagem em relevo produzida em papel, a preto e branco em formato A3.

1 FUNDAMENTOS LEGAIS E SOCIAIS DA INCLUSÃO

O principal marco na proteção das pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pelas Nações Unidas em 2006. Trata-se de um tratado internacional que visa assegurar que estas pessoas usufruam plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Os seus princípios orientadores — dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação — reforçam que a inclusão não se limita a adaptações pontuais, mas exige uma transformação profunda das estruturas sociais. O movimento pelos direitos das pessoas com deficiência tem como objetivo não apenas mudanças legislativas, mas também transformações culturais, desafiando estigmas e promovendo uma visão mais ampla e justa da diversidade humana. A meta final é clara: garantir dignidade, respeito e igualdade de oportunidades em todas as dimensões da vida (Severino & Oliveira, n.d.).

Neste caminho, o Modelo Social da Deficiência desempenha um papel fundamental ao afirmar que as pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes devem estar no centro das decisões que lhes dizem respeito. É tempo de ouvir as suas vozes, reconhecer as suas experiências e respeitar o lema: “Nada sobre nós sem nós!”. Este lema, nascido das lutas do Movimento da Vida Independente — que emergiu nos anos 1960, liderado por pessoas com deficiência — reivindica autonomia, igualdade e participação plena na sociedade (Vasconcelos, n.d.).

2 CULTURA ACESSÍVEL: DEBATES E CAMINHOS POSSÍVEIS

Esta mudança de paradigma ecoa nas reflexões de diversas figuras da cultura contemporânea. Numa conversa entre Maria Vlachou — diretora da Acesso Cultura — e Marco Paiva — encenador e fundador da Terra Amarela —, Maria salientava que a cultura exige alterações estruturais para que pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes possam usufruir plenamente dos espaços culturais. Já Marco questionava a razão pela qual obras de arte mais complexas, textos exigentes ou performances contemporâneas continuam a ser direcionados apenas a um grupo restrito de pessoas.

Este diálogo evidencia uma questão central: a acessibilidade cultural não pode ser exceção, mas regra. Maria destaca a importância de medidas concretas como iluminação adequada, sinalização acessível, audiodescrição, materiais em braille e a eliminação de barreiras físicas e comunicacionais. Por sua vez, Marco desafia a ideia de que a complexidade artística justifica a exclusão, propondo antes que seja um convite à inclusão. Afinal, todas as pessoas — independentemente das suas características — devem poder aceder à diversidade e profundidade da criação artística (Spotify, 2024).

Esta reflexão convida-nos a repensar não só os espaços físicos, mas também as práticas culturais. Tornar a cultura acessível não é apenas uma questão de equidade para as pessoas com deficiência — é um ganho coletivo. Enriquecer a experiência cultural significa garantir que a diversidade seja reconhecida, representada e valorizada na vida cultural da comunidade. Trata-se, portanto, de criar um ecossistema cultural que pertença a todos e onde ninguém fique de fora.

3 ENTREVISTAS

Durante a escrita deste artigo, foram realizadas entrevistas a pessoas cegas e com baixa visão, com idades entre os 19 e os 50 anos. Algumas destas pessoas são sócias da ACAPO — Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal —, outras estudantes universitários ligados ao Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da Universidade do Porto, e outros ainda colaboradores de associações, grupos e empresas que se dedicam à criação de materiais e projetos inclusivos. O objetivo destas entrevistas foi o de os ouvir, recolher experiências concretas e incluir no artigo uma perspetiva centrada em quem vive, todos os dias, os desafios da acessibilidade.

Este não é, por isso, um artigo que fala sobre as pessoas cegas — é um artigo escrito com elas.

As conversas abrangeram temas como o percurso escolar, a procura de emprego e a acessibilidade em espaços culturais.

Entre os diversos testemunhos, tornou-se evidente que a acessibilidade vai muito além de adaptações pontuais: exige o reconhecimento de saberes e vivências próprias, e o envolvimento ativo das pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes, na construção das soluções.

No contacto com trabalhadores da Imprensa Braille, foi possível perceber que a leitura de imagens em relevo não é uma competência universal entre pessoas cegas e com baixa visão. Pois, trata-se de uma técnica que, quando não desenvolvida desde cedo, pode apresentar os seus desafios. Rui, membro da delegação da ACAPO de Castelo Branco, referiu ter dificuldades em compreender imagens táteis e por isso, prefere que a sua esposa lhe descreva verbalmente aquilo que vê, ao visitarem exposições.

Também Sérgio partilhou frustrações comuns. Embora tenha visitado uma exposição, onde pôde usufruir de maquetes táteis, audiodescrição e mapas com descrição em braille, lamentou a reduzida quantidade de obras disponíveis ao toque. Questionou por que razão, mesmo em contextos acessíveis, continua a haver tantas limitações no número de peças expostas, como se a inclusão se fizesse apenas a meio caminho.

As questões relacionadas com o emprego surgiram de forma recorrente. A maior parte das pessoas entrevistadas encontrava-se desempregada ou reformada por invalidez. António é uma exceção: perdeu a visão na idade adulta, formou-se na área da informática e hoje trabalha no Núcleo de Apoio à Inclusão da Universidade do Porto. Foi ele quem criou o primeiro site da instituição dedicado à deficiência visual. Na sua perspetiva, o principal obstáculo à empregabilidade não está nas capacidades das pessoas, mas na falta de formação específica e atualizada, bem como na inflexibilidade das empresas em adaptar-se às características de cada trabalhador. A acessibilidade ao emprego, diz António, continua a depender de uma lógica de adaptação unilateral, em que é a pessoa com deficiência, Surda e neurodivergente que tem de se moldar ao ambiente de trabalho, e não o contrário. Ressaltou ainda a importância de duas aprendizagens fundamentais: o uso da bengala, para garantir maior autonomia na mobilidade, e o domínio do braille, essencial para aceder à informação escrita.

Marta, com 19 anos, tem baixa visão desde a infância e relatou um percurso escolar marcado por muitas dificuldades. Do infântario até ao 9º ano, não teve qualquer apoio, nem por parte dos professores, nem dos colegas. Foi apenas no 10º ano, ao ingressar numa escola de referência em Penafiel, que começou a ter acesso a recursos como a leitura de ecrã, a bengala e o braille. Hoje, é estudante de História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Afirma sentir-se integrada e reconhecida enquanto estudante com Necessidades Educativas Específicas. Beneficia do direito a realizar os exames académicos através do computador e com tempo adicional, o que lhe permite participar em igualdade de condições.

Estes relatos demonstram que a acessibilidade não é apenas um conjunto de soluções técnicas, mas uma prática ética e política. Trata-se de escutar, reconhecer e respeitar os modos diversos de experienciar o mundo. Incluir, neste contexto, significa partilhar o poder, valorizar saberes diferentes e construir coletivamente uma cultura verdadeiramente acessível.

4 PROJETOS INCLUSIVOS EM PORTUGAL

Este artigo reúne um conjunto de projetos e instituições em Portugal que se dedicam à inclusão de pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes no acesso à cultura. O levantamento abrange iniciativas de diferentes regiões do país, revelando uma crescente preocupação com a acessibilidade cultural.

Na Madeira, em 2023, foi feito um investimento no Tactonom Reader, um aparelho de leitura de imagens táteis que recorre a uma base de dados internacional gratuita. O equipamento está a ser desenvolvido pela Sertec – Tecnologia Acessível, que sublinha o potencial deste dispositivo na promoção da autonomia de alunos cegos e com baixa visão, ao permitir-lhes explorar imagens sem depender exclusivamente da descrição verbal (Franco, 2023).

A Sertec, criada nos anos 90, desenvolve soluções para pessoas cegas e com baixa visão, mas também para quem vive com dislexia, disfunções neuromotoras ou mobilidade condicionada (Franco, n.d.).

No campo da museologia, o Museu da Covilhã, inaugurado em 2021 e, contando com o apoio do programa Turismo Acessível, apresenta um exemplo de boas práticas na conceção de um espaço expositivo verdadeiramente inclusivo. A exposição permanente foi desenhada com atenção a diferentes necessidades, reconhecendo que nem sempre é possível aplicar um “design para todos”, mas procurando soluções concretas. As obras encontram-se em vitrinas com vidro transparente, permitindo a observação em vários ângulos; há réplicas táteis e maquetes disponíveis ao toque; o piso expositivo inclui sinalização tátil e o atendimento contempla zonas rebaixadas para pessoas em cadeira de rodas. Além disso, os conteúdos são apresentados em braille e em letras ampliadas, com apoio audiovisual legendado e com interpretação em Língua Gestual Portuguesa (Museu da Covilhã, n.d.).

Também em São João da Madeira, o Centro de Arte Oliva apresentou a exposição “A Aventura do Incerto”, que convida o público a explorar obras de Guo Fengyi, Henry Darger, Jaime Fernandes e Pedro Proença através do tato e da audição, disponibilizando versões táteis dos desenhos (Centro de Arte Oliva, 2023).

Em Lisboa, o projeto “Um Museu para Todos”, desenvolvido em 2016 pela ACAPO e pela Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva, destacou-se pela criação de modelos tridimensionais das obras e pela disponibilização de guiões em braille com informação sobre as obras e seus autores. O projeto, financiado pela Fundação EDP e pela Secretaria de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, contemplou também melhorias na iluminação, sinalética em braille e plantas táteis dos espaços (ACAPO & Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva, 2016).

No Atelier-Museu Júlio Pomar, a exposição A Figura Humana foi concebida como uma visita sensorial, com descrições visuais e materiais táteis representando tanto as obras como o espaço arquitetónico. A exposição focou-se na representação da figura humana, com destaque para as obras Auto-Retrato e Vermelho com Perfil Desenhado a Lápis, de Graça Lobo (Atelier-Museu Júlio Pomar, 2023).

A Fundação Calouste Gulbenkian, por sua vez, promoveu o projeto Ver com Outros Olhos, que consistiu numa exposição acessível com imagens táteis acompanhadas por audiodescrição. As obras resultaram de um trabalho fotográfico desenvolvido com pessoas cegas e com baixa visão, e foram traduzidas para relevo e som. A iniciativa integrou o programa Partis – Práticas Artísticas para a Inclusão Social, com 63 participantes e 94 fotografias, das quais 69 foram adaptadas para imagens em relevo com audiodescrição (Ver com Outros Olhos, 2022).

O Museu da Comunidade Concelhia da Batalha também merece destaque pelas soluções de acessibilidade que oferece. Apresenta recursos pensados para todos os visitantes, com ou sem deficiência: postos multimédia com alto contraste e ampliação, sinalética braille, materiais impressos em braille e alto-relevo, réplicas táteis, audioguias com

audiodescrição, e espaços adaptados para cães-guia. Assume-se como um museu vivo, centrado na experiência multissensorial: ver, ouvir e tocar (Museu da Comunidade e Concelhia da Batalha, 2024).

A Acesso Cultura é uma das principais entidades portuguesas na promoção da acessibilidade cultural. Esta associação defende o acesso físico, intelectual e social à cultura, reconhecendo que o setor cultural ainda perpetua estereótipos capacitistas por falta de conhecimento ou contacto com as realidades da deficiência. Um dos seus projetos mais relevantes é a Agenda de Programação Acessível, desenvolvida com apoio da Fundação Millennium BCP, que funciona como um portal online onde é possível consultar eventos culturais com medidas de acessibilidade implementadas (Acesso Cultura, n.d.).

Na área das artes performativas, destaca-se a Terra Amarela, plataforma de criação artística inclusiva sob direção de Marco Paiva. A sua missão é promover práticas artísticas acessíveis e universais, apostando na inclusão social através da arte (Terra Amarela, 2018).

Também se destaca o projeto Musicar, que decorreu entre fevereiro e novembro de 2023, e que procurou democratizar o ensino da música para pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes. O projeto culminou num concerto no Teatro São Luiz com a Orquestra Metropolitana de Lisboa (Musicar, n.d.).

Na área da educação e do património, o projeto Mundo a 3D – As Mãos São os Olhos de Quem Não Vê, desenvolvido pela ACAPO, disponibilizou modelos tridimensionais de monumentos, imagens, fotografias e objetos com finalidades educativas e lúdicas. O objetivo foi proporcionar uma aprendizagem sensorial e acessível do mundo através do tato (ACAPO, 2016).

Outro exemplo notável é o projeto Tesouros ao Alcance de Todos, do Museu Nacional do Azulejo, em Lisboa. Lançado em 2015, criou condições para visitas inclusivas por meio de uma aplicação com conteúdos em áudio, vídeo com Língua Gestual Portuguesa e textos acessíveis. A visita inclui réplicas táteis de objetos e tabelas informativas em braille e letras ampliadas (Museu Nacional do Azulejo, 2015).

Estas iniciativas demonstram que a prática museológica ainda está fortemente associada ao sentido da visão, o que torna o desafio da acessibilidade sensorial particularmente exigente. As limitações impostas pelas normas de conservação muitas vezes dificultam a implementação de soluções inclusivas. Mesmo assim, muitos museus têm procurado adaptar-se, criando descrições sonoras, orientações táteis e experiências acessíveis. Contudo, a verdadeira inclusão não se limita a adaptações pontuais – exige uma mudança de atitude institucional, uma escuta ativa e uma abertura para aprender com os próprios públicos.

Como lembra Passadouro (2019), a questão central não deve ser “o que podemos fazer pelas pessoas com deficiência?”, mas sim “o que as pessoas com deficiência podem fazer pelos museus?”. Esta inversão de perspetiva é essencial para uma prática cultural verdadeiramente inclusiva.

A nível internacional, a definição de museu aprovada pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) aponta nessa mesma direção. Segundo o ICOM, um museu deve ser uma instituição permanente, acessível e inclusiva, que promove a diversidade e a sustentabilidade, funcionando com ética e responsabilidade social. Deve ser um espaço de participação ativa, fruição, educação, reflexão e partilha de conhecimento, com e para as comunidades que serve (ICOM Portugal, 2022).

No final de contas, as pessoas com deficiência, Surdas e neurodivergentes continuam a enfrentar múltiplas barreiras – físicas, comunicacionais e atitudinais – que as afastam da participação plena na vida cultural e social. A mudança só será possível com o envolvimento de toda a sociedade. A inclusão é uma jornada coletiva. Envolve não apenas garantir acesso, mas também construir uma cultura que celebre a diversidade e reconheça o valor de todas as pessoas. Cada um de nós tem um papel a desempenhar nessa transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este projeto demonstra que a acessibilidade nos museus ultrapassa a simples adaptação física dos espaços e das obras; ela representa um compromisso profundo e contínuo com a inclusão real e significativa de todas as pessoas, em especial daquelas que vivem com deficiência, são Surdas ou neurodivergentes. Através da criação de imagens em relevo, acompanhadas por audiodescrição, linguagem simples ou interpretação em Língua Gestual Portuguesa, conseguimos ir além da mera aproximação visual e construir uma experiência estética e sensorial mais rica, plural e inclusiva.

Este trabalho mostra que a acessibilidade cultural não deve ser um elemento secundário ou residual da prática museológica, mas sim uma dimensão estruturante que atravessa todos os processos de criação, comunicação e

mediação. A participação ativa de pessoas com e sem necessidades específicas, durante todas as etapas do projeto é crucial para garantir que as soluções desenvolvidas respondam efetivamente às necessidades, expectativas e preferências de diversos públicos. Essa escuta e colaboração fortalecem a autonomia dessas pessoas e promovem o seu direito de acesso pleno e digno à cultura, que é um direito fundamental reconhecido internacionalmente.

Mais do que cumprir requisitos legais ou institucionais, a acessibilidade representa uma questão ética, estética e política que desafia os museus a repensarem o seu papel social e educativo. Ao valorizar a pluralidade humana e oferecer múltiplas formas de fruição das obras de arte, os museus enriquecem não só a experiência dos visitantes com necessidades específicas, mas também de toda a comunidade. Este processo contribui para desconstruir barreiras atitudinais e fomentar uma cultura de respeito, empatia e solidariedade.

Por fim, é esperando que este projeto e investigação de doutoramento, sirva como arranque para que outras instituições culturais em Portugal adotem uma postura semelhante, comprometida com a construção de espaços verdadeiramente inclusivos. Assim, a cultura deixa de ser um privilégio de poucos para se tornar um direito acessível a todos, promovendo uma sociedade mais justa, diversa e inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto de investigação *Um manual de acessibilidade para os museus e ensino superior em Portugal*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da bolsa de doutoramento com a referência DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.00382.BD>. Agradeço à FCT pelo apoio essencial que permitiu o desenvolvimento desta investigação e pela valorização de projetos que promovem a inclusão, a equidade e o acesso pleno à cultura e ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal. (2016, 1 janeiro). *Mundo a 3D: As mãos são os olhos de quem não vê*. <https://www.acapo.pt/o-que-fazemos/projetos/mundo-a-3d>
- ACAPO & Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva. (2016). *Um museu para todos* [Projeto de acessibilidade]. Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva.
- Acesso Cultura. (2021). *Como (e quando) falar da deficiência?* [Guia]. Acesso Cultura. <https://acessocultura.org/como-e-quando-falar-da-deficiencia/>
- Acesso Cultura. (n.d.). *Cultura acessível: Agenda de programação acessível*. Recuperado em [data de acesso], de <https://www.acessocultura.pt/cultura-acessivel/>
- Alexandre, D., & Vlachou, M. (n.d.). *Como (e quando) falar da deficiência?* Acesso Cultura.
- Atelier-Museu Júlio Pomar. (2023, 26 de novembro). *A Figura Humana* [Exposição sensorial]. Lisboa: Atelier-Museu Júlio Pomar.
- Centro de Arte Oliva. (2023, março). *A aventura do incerto* [Exposição]. São João da Madeira: Centro de Arte Oliva. Disponível até dezembro de 2023.
- Franco, E. (2023, 18 de outubro). Madeira adquire dispositivo de leitura para pessoas cegas pioneiro em Portugal. *DNOTÍCIAS.PT*. Recuperado em 20 de janeiro de 2024, de <https://www.dnoticias.pt/2023/10/18/379641-madeira-adquire-dispositivo-de-leitura-para-pessoas-cegas-pioneiro-em-portugal/>
- ICOM Portugal. (2022, 30 de setembro). Nova definição de museu. Recuperado em 20 de janeiro de 2024, de <https://icom-portugal.org/2022/09/30/nova-definicao-de-museu-2>
- Museu da Comunidade Concelhia da Batalha. (n.d.). *Acessibilidade*. Recuperado em [data de acesso], de <https://www.mccb.pt/acessibilidade>
- Museu da Comunidade e Concelhia da Batalha (n.d.). MCCB – O museu de todos. *MCCB – O Museu de Todos*. Recuperado em 20 de janeiro de 2024, de <https://www.museubatalha.com>
- Museu da Covilhã. (n.d.). *Formas Efémeras*. <https://formasefemerass.com/project/museu-da-covilha/>
- Museu Nacional do Azulejo. (2015). *Tesouros ao alcance de todos* [Projeto de acessibilidade]. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo.

MUSICAR. (n.d.). Metropolitana. Recuperado em 20 de janeiro de 2024, de <https://www.metropolitana.pt/musicar/>

Passadouro, S. A. S. (2019). Não espectadores mas o centro do mundo.

Severino, M. D. P. S. R. S., & Oliveira, S. C. S. D. (n.d.). Para além de uma conquista, um direito: O movimento político das pessoas com deficiência e a sua relação com a conquista do direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*.

Spotify. (n.d.). *Episódio sobre acessibilidade cultural* [Podcast]. Recuperado em 20 de janeiro de 2024, de <https://open.spotify.com/episode/5nLi730IzJREV8sM9neeSW?si=2249035d996942c9>

Terra Amarela. (2018). *Terra Amarela*. Recuperado em 20 de janeiro de 2024, de <https://terraamarela.pt/>

Terra Amarela. (2018). Terra Amarela: plataforma de criação artística inclusiva [Plataforma de criação artística]. Lisboa: Terra Amarela.

Vasconcelos, V. (n.d.). A construção da cidadania e a sua ligação com os direitos da pessoa com deficiência. In *Capítulo 1*.

Ver com outros olhos. (2022). Fundação Calouste Gulbenkian. <https://gulbenkian.pt/agenda/ver-com-outros-olhos>